



Diversidade e Discriminação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

3ª EDIÇÃO





Respeito
é prioridade

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

editar
preciso



São Paulo | julho de 2019

3ª EDIÇÃO

Prefeitura de São Paulo

Bruno Covas

Secretaria Municipal de Educação

Bruno Caetano

Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados

Raphaella Burti | Maria de Fátima de Brum Cavalheiro

Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

Rogério Sottili

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

São Paulo, julho de 2019 | 3.ª edição

Data da impressão: abril de 2020

Ficha catalográfica: Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

D618

Diversidade e discriminação / Maria da Paz Castro (autoria); Maria Paula Zurawski, Crislei Custódio, Julia de Abreu (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lucia Brandão (ilustrações) – 3.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2019.

51 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-85-65059-17-6

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos”, do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

1. Desigualdade. 2. Discriminação. 3. Equidade de direitos. 4. Educação em Direitos Humanos. I. Título. II. Castro, Maria da Paz. III. Zurawski, Maria Paula. IV. Custódio, Crislei. V. Abreu, Julia de. VI. Brandão, Lucia.

CDU 37.06+342.7:316.647.82

Equipe educacional

Ana Lucia Catão

Celinha Nascimento

Crislei Custódio

Maria da Paz Castro

Rogê Carnaval

Gestão de conteúdo do portal

Carol Baggio

Consultoria

Flávia Schilling

Maria Paula Zurawski

Maria Victoria Benevides

Educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres para esta edição

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

A primeira edição deste material foi elaborada num processo colaborativo com professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP), sendo publicada em dezembro desse mesmo ano pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.



Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 5 |
| Introdução | 11 |
| 1. Desigualdade, discriminação e Direitos Humanos | 13 |
| 2. Educação em Direitos Humanos e discriminação na escola | 16 |
| 3. Atuação no cotidiano da escola | 40 |
| 4. Sugestão de atividades pontuais | 42 |
| Bibliografia | 47 |

APRESENTAÇÃO

Caras educadoras e caros educadores,

Este caderno, intitulado *Diversidade e Discriminação*, faz parte da terceira edição do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso!, que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo. Além das ações de formação, esse projeto conta, nesta edição, com sete cadernos (*Respeito na Escola*, *EDH para Todas as Idades*, *Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Mediação de Conflitos*), que foram atualizados e reorganizados.

Esse material foi elaborado, em 2014, por meio de um processo participativo com base na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso! De 2015 a 2018, a sua utilização em ações de formação na Rede Municipal de Ensino de São Paulo com os integrantes das Diretorias de Ensino e com as educadoras e os educadores que compõem as Comissões de Mediação de Conflitos trouxe possibilidades de adequação editorial das publicações e ampliação dos conteúdos para esta nova edição.

Em seu conjunto, os documentos abarcam pontos cruciais para que as práticas educacionais promovam um clima de respeito mútuo nas escolas, no sentido de afastar as possíveis violências psicológicas, institucionais, simbólicas e físicas do cotidiano escolar e, assim, garantir um ambiente potente de aprendizagem para todas e todos.

O caderno *Respeito na Escola* dialoga com os adultos da escola, todos considerados educadores, para a reflexão, o planejamento e o desenvolvimento de ações nas escolas, sejam elas de adequação de rotinas, planos de aula, atividades com os alunos, com os pais, entre outras. O caderno *EDH para Todas as Idades* traz reflexões, orientações e sugestões de atividades para o trabalho educativo com crianças e adolescentes nos contextos dos CEIs, das EMEIs e de cada um dos ciclos do Ensino Fundamental.

Os demais cadernos são temáticos e tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto Respeitar é Preciso! e o trabalho nas escolas. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada: *Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*.

Preconceitos e discriminações são produzidos social e historicamente e perpassam os diferentes âmbitos da vida coletiva. Assim, estão presentes também na escola e comprometem o convívio, interferem nas relações, colocam entraves à experiência de vida democrática dos estudantes e dos adultos e até mesmo ao aprendizado. Podem ser de natureza étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero etc., constituem situações de humilhação que permeiam as relações, ainda que nem sempre sejam percebidas e identificadas como tal, e não se resumem ao bullying entre os alunos. Podem aparecer também nas decisões pedagógicas, nas normas de convívio, na organização da rotina e do espaço, nos encaminhamentos disciplinares, entre outras situações. O Projeto Respeitar é Preciso! entende essa questão como um ponto fundamental da Educação em Direitos Humanos e, neste caderno, traz uma abordagem geral da discriminação de todo e qualquer



tipo, do respeito ao outro e a si próprio, do convívio pacífico e, principalmente, da valorização da diversidade.

Os materiais do Projeto Respeitar é Preciso!, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal do Projeto (respeitarepreciso.org.br), onde é possível participar de encontros temáticos on-line e acompanhar a agenda dos eventos de formação. O portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta do Projeto. Convidamos a todas e todos para acessar e fazer parte da nossa rede. Vamos juntos!

Boa leitura e bom trabalho.

Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog e
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

“ *As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural, que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos). Cabe aos sistemas de ensino, gestores/as, professores/as e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente. Em suma, estas contradições precisam ser reconhecidas, exigindo o compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.”*

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação



Diversidade e Discriminação

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, as discussões acerca das ideias sobre diversidade, desigualdade e diferença vêm ocupando um espaço significativo em certos setores da sociedade, incluindo aqueles voltados para a área da educação. Trata-se de uma discussão necessária, que segue em busca de uma cultura que preserve e valorize a igualdade de direitos, considerando a diversidade como condição para a construção e a existência de uma sociedade.

As sociedades são marcadas e caracterizadas pela diversidade. Ainda que seus membros sejam muito parecidos, todos apresentam características singulares que os diferenciam uns dos outros. As diferenças de caráter cultural, físico, social, intelectual, de gênero, faixa etária, entre tantas, estão presentes em todas as formas de agrupamento humano e, quando respeitadas, abrem caminho para a inclusão, o respeito e a vida democrática. Entretanto, quando as diferenças são interpretadas de modo a criar disparidades entre pessoas e agrupamentos sociais, causando desequilíbrio no acesso e na garantia de direitos, o que se tem é o estabelecimento da desigualdade. E a desigualdade pode produzir discriminação, ou seja, exclusão, segregação e separação de indivíduos, pessoas e grupos considerados inferiores.



Essa discussão sobre diversidade e Direitos Humanos se inicia pela afirmação de que uma sociedade justa é aquela que valoriza as diferenças e se enriquece com elas, promovendo igualdade de direitos, o que não significa atender a todos do mesmo jeito, mas considerar as singularidades de cada um, desenvolvendo políticas que atendam às necessidades dos diversos grupos sociais. Trata-se de criar condições para atender às necessidades e/ou às características de todos, independentemente das condições que possam apresentar, quaisquer que sejam. Para garantir a todos o mesmo direito, é preciso proporcionar condições diferenciadas àqueles que têm necessidades diferentes.

A diversidade não representa um obstáculo para a convivência, nem para a construção de um projeto coletivo. Pelo contrário, abre novas possibilidades, enriquece e valoriza os diferentes grupos. No entanto, muitas vezes, as diferenças são pretexto para a criação ou o reforço de desigualdades que violam os direitos fundamentais, desde o atendimento de necessidades básicas para uma vida digna até o acesso à justiça. Podemos citar como exemplo a discriminação étnico-racial. Sabemos que, em muitos países, incluindo o Brasil, pessoas indígenas ou negras são discriminadas, se não pela lei, por um preconceito historicamente arraigado. Com isso, essas pessoas têm seus direitos cerceados e vivem situações de constrangimento, sendo colocadas em posição de inferioridade, mesmo que a discriminação, muitas vezes, se manifeste de forma camuflada ou dissimulada. Ainda assim, essas situações não deixam de gerar violência e humilhação.

1. DESIGUALDADE, DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos séculos e em toda parte, a opressão exercida por determinados grupos nacionais, étnicos, religiosos ou políticos sobre outros, vistos como inferiores ou inimigos, representa, ao mesmo tempo, causa e consequência de genocídios, extermínios, “limpezas étnicas”, guerras, situações de domínio, com a consequente e inevitável violação dos Direitos Humanos. Ainda que existam organismos internacionais para a defesa dos direitos e da dignidade dos oprimidos, a supremacia dos opressores por meio da discriminação de alguns povos e grupos sociais é realidade mundial. Superar essa situação é um desafio permanente e fundamental para a comunhão dos povos e para promover o respeito devido a todos pela condição humana, o que é universalmente reconhecido.

Compreender a diversidade com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é considerá-la aspecto soberano de qualquer tipo de vida social, o que demanda o respeito às diferenças entre os povos, os indivíduos e os grupos, em vez de utilizá-las como critério de exclusão social e política.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é bastante clara quando inicia cada um de seus artigos com as palavras: “Todo ser humano tem direito a...”. A única condição para que um indivíduo seja considerado um sujeito de direito é que seja humano (ver caderno temático *Sujeitos de Direito*). Trata-se de um princípio ético, filosófico, antropológico e jurídico: nada do que alguém tenha feito, bem como nenhuma característica física, intelectual, social ou política, deve levar à privação dos direitos que são universais.

A discriminação acaba por gerar violência e outras ações justificadas pelo ódio ou pelo desprezo. As pessoas discriminadas, ainda que sejam iguais a todas no que lhes confere humanidade, são consideradas “inferiores”. Muitas vezes, a simples existência ou a proximidade de grupos que não são constituídos por sujeitos que



Artigo 2.º

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.”

Declaração Universal dos Direitos Humanos

apresentam exatamente as mesmas características com as quais estamos familiarizados é vista como uma ameaça ao poder e ao padrão cultural estabelecido. Não são raras as manifestações explícitas, e quase sempre violentas, de discriminação, que não se justificam.

No Brasil, as manifestações violentas de homofobia e contra negros (em especial jovens), a segregação social em alguns espaços públicos e a descaracterização e o enxovalhamento de algumas religiões e cultos acontecem com frequência preocupante. São exemplos de desrespeito que ferem os princípios básicos dos Direitos Humanos, sendo, portanto, comportamentos pessoais e coletivos inaceitáveis. Transformar essa situação não significa, porém, propor uma atitude “tolerante”, o que, inevitavelmente, colocaria o “tolerado” em condição de inferioridade, mas significa construir um novo olhar para a diversidade e a defesa da igualdade e da dignidade, na perspectiva do “reconhecimento”.

Um aspecto muito presente nos contextos em que o preconceito e a prática da discriminação acontecem é o medo, que se apresenta de formas diversas no sujeito que discrimina e naquele que é o foco da discriminação. No caso de quem discrimina, o medo surge como reação a alguma insegurança causada pelo encontro com o que é diferente, desconhecido e, portanto, rotulado como “esquisito”, “estranho” e “ameaçador”. Assim, a falta de familiaridade e de conhecimento sobre o “novo” com o qual está se deparando pode provocar, em algumas pessoas ou mesmo em um grupo, um movimento de repulsa e distanciamento, que, aparentemente, o protege da própria ignorância e dos confrontos que podem surgir com a proximidade daquilo com que não se sabe lidar. Nesse sentido, criar a disposição para que os encontros entre todos aconteçam é a primeira condição para superar a discriminação, conhecer, respeitar e valorizar.

De outro lado, a pessoa ou o grupo foco de discriminação carrega em si o medo da violência geralmente presente nas manifestações de discriminação, ainda que, algumas vezes, de forma simbólica. No ambiente escolar, essa situação pode ganhar

contornos sérios e trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento dos estudantes, assim como prejudicar a manutenção de um ambiente permeado de respeito e justiça, tão necessário nas escolas. Assim, faz-se necessária a presença de uma cultura inclusiva, o que implica mudanças substanciais no cotidiano escolar, para que possamos realmente lidar com a diversidade e cumprir o papel imprescindível que a escola tem no contexto social.

O distanciamento e a falta de conhecimento são os principais fatores que geram o medo e a exclusão. Logo, a informação e o contato constante (não necessariamente presencial, mas por meio de leituras, pesquisas, notícias e redes de comunicação) com os diferentes modos de viver e de expressar valores são estratégias para o enfrentamento pedagógico das reações de discriminação no universo escolar.

Ainda que a construção de uma sociedade livre de preconceito seja tarefa das mais árduas e complexas (o que não justifica abrir mão dela), não podemos correr o risco de agir como se o preconceito fosse mera decorrência da vida em sociedade. Essa visão equivocada “naturaliza” a discriminação e contribui para a manutenção de privilégios para alguns.

A diversidade não pode ser tomada como adjetivo, qualidade, empecilho ou defeito, mas, sim, como parte da condição humana e fator constituinte de seus agrupamentos. É na complementaridade dos diferentes que nos fazemos humanos. Não existe sociedade sem diversidade. Mais que isso, diversidade é a condição para atribuir a qualquer organização humana o *status* de grupo, com sua identidade reconhecida.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA



Para a sua consolidação, a Educação em Direitos Humanos precisa da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições que atuem na proposição de ações que a sustentam. Para isso, todos os atores do ambiente educacional devem fazer parte do processo de implementação da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais, de suas escolhas de credo; orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruir de uma educação não discriminatória e democrática.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,
Ministério da Educação*

Mais que um espaço permeado por diferenças, a escola é onde a discriminação e o desrespeito pelas diferenças podem e devem ser tratados desde os primeiros anos de vida dos estudantes. Marcada por relações, conflitos, vínculos e encontros, a escola é o lugar onde a prática educativa pode desencadear um processo de formação ética e de construção de um olhar para o outro, voltado para a justiça, a diversidade e a igualdade. É aí que reside o princípio gerador da Educação em Direitos Humanos, objeto central de trabalho e foco de atenção e atuação do Projeto Respeitar é Preciso!

Direitos Humanos, meio ambiente, desigualdades sociais regionais, intolerâncias culturais e religiosas, abusos de poder, populações excluídas, avanços tecnológicos e seus impactos, política, economia, educação financeira, consumo e sustentabilidade, entre outros assuntos, são temas prementes, que precisam ser debatidos e enfrentados a fim de que façam a humanidade avançar. Na Rede Municipal de Ensino, há uma



série de ações que mobilizam as unidades de ensino para o debate sobre a discriminação, abrindo caminhos potentes de superação da violência/discriminação, bem como potencializando as relações de convívio e respeito:

- Agosto Indígena;
- Novembro Negro;
- Leituração, projeto da Academia Estudantil de Letras (AEL) que difunde a produção literária africana e afro-brasileira;
- trabalhos colaborativos autorais (TCAs);
- assembleias escolares;
- grêmios estudantis.

A violência é algo que vai além da agressão física, pois as ofensas, o desprezo e a desvalorização são formas de opressão psicológica, emocional, moral e afetiva que muitas vezes decorrem da discriminação e do preconceito. São posturas e atitudes carregadas de um alto grau de violência quando dirigidas a crianças, jovens e adultos, todos sujeitos em formação e constante transformação.

Frequentar a escola é um direito de todas as crianças, desde seus primeiros anos de vida, assim como receber dessa comunidade tratamento digno e igualitário. Receber e garantir a toda e qualquer criança a possibilidade de viver um processo de escolaridade que contribua com seu desenvolvimento físico, social e intelectual é missão primeira da escola, explicitada de forma bastante clara no Currículo da Cidade. Trata-se de que todo e qualquer estudante, independentemente de ser negro, índio, boliviano, ou de qualquer outra origem e religião, de ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (LGBT), de ser filho de infratores ou simples-

mente vir de família com baixa condição econômica e social, apresentar deficiência física ou intelectual, deve encontrar na comunidade escolar um espaço de acolhimento e respeito, para que possa contar com as possibilidades de formação e aprendizagem de que necessita, tanto quanto seus colegas. Todos devem ter garantidas as possibilidades de viver, agir e se expressar de acordo com suas singularidades e escolhas, direito garantido pela lei, pela ética e pelo conjunto de declarações e pactos internacionais dos Direitos Humanos reconhecidos pelo nosso país. Não é sempre, porém, que isso acontece.



Condição social e econômica, deficiência física, etnia, gênero, orientação sexual, religião, idade e cultura são fatores que ocupam um espaço bastante significativo quando se trata de explicitar os contextos que geram discriminação na escola. Essas podem ser as situações mais comumente reconhecidas e discutidas, mas existem outras menos evidentes que também são focos de discriminação, como os estigmatizados “maus alunos”, os “estrangeiros” (provenientes de outros países ou de outras localidades do Brasil) ou as famílias não configuradas no modelo conservador “pai-mãe-filhos”.

Assim como os alunos, os adultos da escola (professores, profissionais de apoio, gestores, familiares ou responsáveis) são, em muitas situações, alvo de discriminação, tanto por parte dos alunos quanto de seus colegas.

População negra

Segundo o último censo demográfico, feito em 2010, 43,1% da população brasileira se declara parda e 7,6%, preta. Essa terminologia de **classificação racial** (“pretos” e “pardos”) adotada pelo IBGE aponta para uma característica marcante de nossa população: a sua composição majoritariamente afrodescendente. No entanto, a população brasileira, apesar de contar com uma maioria de afro-brasileiros, ainda os discrimina, inclusive nos espaços escolares. Em um país cujas relações sociais se sustentam num racismo estrutural, que define posições sociais, representações e narrativas que produzem o apagamento histórico da resistência negra e do passado escravagista, que naturaliza desigualdades raciais e busca abrandar os efeitos do preconceito e da discriminação de negros e negras por meio do discurso da miscigenação e do mito da democracia racial, certamente a escola, como parte dessa sociedade, não estaria blindada das tensões raciais e dos mecanismos de exclusão que insistem em se reproduzir. E não são poucos os programas de combate ao preconceito e de valorização da cultura afro-brasileira. Entretanto, as manifestações de preconceito e discriminação racial persistem dentro da escola, reflexo da forma como a população negra é vista e tratada.

Se a escola cumpre o papel de espaço de formação e construção de valores, é na ação educativa do dia a dia escolar que surgem as melhores oportunidades de trabalhar questões relacionadas ao preconceito e à discriminação. Contudo, para lidar com elas, é preciso que se reconheça a sua existência. É preciso ter em mente que nossas relações cotidianas são permeadas de práticas e concepções racistas e que o primeiro passo para o seu combate é o exercício do estranhamento, da desnaturalização do olhar. Não é natural que se tenha menos expectativa de aprendizagem em relação aos alunos negros. Não é natural julgar que um adolescente negro é, por natureza, mais inclinado para os esportes ou para as atividades manuais do que para as ciências ou para o trabalho intelectual, por exemplo. Não é natural que painéis, cartazes e demais materiais didáticos da escola não tenham em si representados a diversidade racial. Não é natural julgar que o cabelo afro de uma criança

Há um grande debate no Brasil em torno da nomenclatura utilizada para definir agrupamentos raciais. O IBGE adota os termos “preto” e “pardo” por obedecer a uma tendência histórica de classificação que vem desde o primeiro censo demográfico, de 1872, que perguntava aos brasileiros em qual grupo eles se enquadravam: preto, pardo, caboclo ou branco. Embora haja uma demanda da parte do movimento negro no país pela adoção do termo “negro”, que unificaria o grupo de “pretos” e “pardos”, o IBGE segue alegando a necessidade de manutenção da divisão proposta para que a comparação com dados anteriores seja mais fidedigna.

seja uma ameaça para a infestação de piolhos ou que as tranças afro ou os dreadlocks de um jovem sejam menos asseados que outros tipos de cabelos e penteados. Não é natural formar duplas produtivas para as atividades pedagógicas ou para números de dança em apresentações escolares sempre entre dois alunos negros. Pelo contrário: desde a Educação Infantil, são de extrema importância situações em que a diversidade de agrupamentos seja contemplada e em que se garantam o reconhecimento, a valorização e o elogio às características físicas de todas as crianças. Infelizmente, ainda é comum que os cabelos crespos das crianças negras não sejam valorizados, e não são raras as situações em que os adultos decidem ou mesmo recomendam que as crianças negras venham à escola com os cabelos presos ou penteados de forma a desconfigurar seu jeito natural.

Para além das circunstâncias mais corriqueiras do dia a dia, muitas vezes a discriminação pode estar presente até mesmo no currículo, na forma como determinada questão é tratada nos livros didáticos. Por exemplo: em ilustrações estereotipadas que apresentam a pessoa negra em situações de inferioridade, sempre em papéis subalternos ou desvalorizados, quando não em situações ligadas à contravenção e à criminalidade. Dificilmente encontramos uma ilustração em que o negro se encontra em posição igual ou superior à do branco. Cargos de poder e prestígio, exemplos de sucesso profissional, modelos de famílias são, na maioria das vezes, representados por pessoas de pele clara. De outro lado, encontramos também casos nos quais a população negra cumpre um papel de vítima, convocando os alunos para uma atitude “tolerante” e para o sentimento de pena. Outro exemplo é a abordagem da história da população negra apenas pelo aspecto da escravidão, como se não houvesse personalidades, escritores, políticos e intelectuais negros de profunda relevância para o país ou, ainda, como se, nos mais de trezentos anos de escravidão de povos de origem africana no Brasil, tivesse havido apenas relações de subserviência, sem resistência, consciência e luta política.

É possível encontrar reflexos dessa situação nos corredores da escola, quando alunos negros ocupam o lugar de principais suspeitos de algo de errado que

possa ter ocorrido, como furtos, deprecação do espaço escolar ou uso de drogas. Ora, tal como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a escola tem o compromisso de reconhecer e valorizar a identidade, a cultura e a história dos negros brasileiros, assim como promover ações educativas de combate ao racismo e à discriminação racial. Apenas dessa forma é que poderemos promover a construção de uma sociedade menos desigual, menos injusta, menos preconceituosa e menos discriminatória.

Mulheres

As mulheres são um grupo que, embora numericamente majoritário, costuma ser tomado como minoria, politicamente falando. Essa compreensão se dá em virtude das opressões e das desigualdades que marcam sua história. Nesse sentido, a forma como as alunas são consideradas merece muita atenção por parte dos educadores. A desvalorização intelectual da mulher ainda é constante em nosso país, mesmo com a expansão da presença feminina nos postos políticos, acadêmicos e gerenciais. Na escola, essa situação é evidente desde muito cedo, começando pela restrição dos papéis que ainda se considera natural que as meninas assumam nas brincadeiras de faz de conta, quando os “pais” saem para trabalhar e as “mães” ficam em casa. E também pela intervenção dos adultos, quando, diferentemente do que ocorre com os meninos, incentivam as meninas a participar apenas de brincadeiras “mais tranquilas”, deixando para os meninos os jogos mais ativos e competitivos.

Em livros didáticos ou outros materiais, a discriminação fica evidente quando as ilustrações mostram as mulheres desempenhando papéis secundários, deixando para os homens os cargos considerados mais importantes. São os meninos também os mais valorizados quando se trata de estudo e profissionalização. Eles são vistos como mais racionais, frios, propensos à liderança, à explosão da agressividade como força de virilidade, enquanto as meninas, tomadas como naturalmente frágeis, emotivas, sentimentais, têm para si destinados todos os encargos dos cuidados, reafirmando com isso



a ideia de que cabe às mulheres apenas a possibilidade de se dedicar à família em vez de construir uma carreira profissional. Ao mesmo tempo, os meninos quase nunca são representados nas práticas domésticas de cuidado familiar.

Outro aspecto dessa questão é a valorização dos atributos físicos das meninas em detrimento de outras características, como uma espécie de “passaporte” para que sejam positivamente reconhecidas. Situações como dirigir às meninas palavras desrespeitosas, olhar de forma constrangedora ou ofendê-las de diversas maneiras são situações muito frequentes nos corredores das escolas, mas pouco observadas e tratadas pelos adultos. Num país ainda marcado pela “superioridade” masculina, essas situações continuam sendo vistas como normais, mais que isso, não é raro atribuir às meninas a responsabilidade pelas agressões que sofreram, sob a justificativa de agir de forma provocativa em relação aos meninos.

LGBTs

Transexual é uma das possibilidades na terminologia “guarda-chuva” *transgênero*. Há setores do movimento LGBT que advogam pelo uso deste último termo em lugar do primeiro. No entanto, a letra T da sigla tem sido historicamente identificada pelo termo *transexual*.

A sigla LGBT é, atualmente, a mais utilizada no Brasil e identifica o agrupamento composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e **transexuais**. Historicamente marginalizados e vítimas de violência no contexto social, os LGBTs têm sido uma minoria que, como produto de sua luta por representatividade, direitos e reconhecimento, vem ganhando mais visibilidade na cena pública, embora suas demandas ainda sejam pouco compreendidas e até subjugadas por alguns setores mais conservadores da sociedade. Muitos valores pessoais e privados são trazidos para o debate público (como a discordância e a repreensão pessoal que alguém possa nutrir em relação à união entre pessoas do mesmo sexo biológico, seja com base em valores conservadores, crenças religiosas etc.) como forma de justificar a interdição desse grupo a direitos iguais aos dos demais cidadãos, ao passo que, paralelamente, se nega a existência de violências específicas que essas pessoas sofrem cotidianamente simplesmente por demandar ser quem são.

É sintomático que as tensões e confusões que tocam essa temática cada vez mais repercutam na escola e que um movimento de contraforça vindo de pressões externas tente tornar a sua abordagem algo polêmico ou assunto tabu. Assim, não é difícil encontrar pelos corredores da escola, e até mesmo dentro das salas de aula, meninos e meninas vivendo em situação de isolamento por parte dos colegas ou sendo alvo de ofensas, agressões físicas e constrangimento por demonstrar uma orientação sexual e afetiva diferente da maioria. Mesmo na Educação Infantil, quando é comum e saudável que meninas e meninos tenham interesse por brinquedos e papéis que não necessariamente coincidem com o que se convencionou identificar como sendo “de menino” ou “de menina”, o fato de um menino vestir roupas femininas ou uma menina se interessar por jogar futebol ainda pode causar mal-estar ou mesmo ser reprimido. No entanto, em suas brincadeiras, as crianças sentem interesse e curiosidade por experimentar diferentes papéis, e muitas vezes quem enxerga esses jogos com preconceito são os próprios adultos. Dessa forma, além de ter sua vida social e seus processos de aprendizagem bastante comprometidos ao longo de toda a escolaridade, crianças e jovens acabam por renegar parte importante de sua constituição psíquica, o que pode prejudicar o seu desenvolvimento como pessoa.

E não são apenas os estudantes a sofrer discriminação por conta de sua orientação sexual e afetiva. Muitas vezes, funcionários e professores são constrangidos por questionamentos indevidos, piadas e apelidos por parte de seus colegas de trabalho e alunos, além de serem submetidos a juízos despropositados por parte das famílias dos alunos, em decorrência de se assumirem como LGBTs.

Viver e lidar com a própria sexualidade ou com a sua identidade de gênero de forma diferente da maior parte do grupo não pode ser considerado “falha na educação recebida da família”, “fraqueza de caráter”, “doença” ou “bizarrice”, como era há tempos e ainda costuma acontecer. Não cabe a nós investigar as “causas”, uma vez que não se trata de um problema, mas, sim, da característica de algumas pessoas. Também não



nos cabe emitir juízos quanto à sexualidade das crianças e jovens partindo de padrões de masculinidade e feminilidade considerados hegemônicos. O modo de se vestir, de andar, de falar, as brincadeiras escolhidas, os gestos não são insígnias de sexualidade ou identidade de gênero efetivamente. Aos educadores e demais agentes escolares, cabe considerar os sujeitos em sua singularidade, como pessoas de direito e em sua dignidade humana, sem estabelecer distinções oriundas da interpretação que se tem acerca de características e comportamentos entendidos como fora do padrão socialmente legitimado. Em outras palavras, não nos cabe, por exemplo, levantar questionamento algum sobre a orientação sexual de um garoto que gosta de brincar apenas com as meninas ou que prefere a prática de dança em vez de esportes como o futebol.



No contexto da Educação em Direitos Humanos, cabe aos educadores manter o respeito por todos, independentemente de suas singularidades, estejam elas ligadas à sexualidade ou a qualquer outro aspecto. Uma criança ou um jovem que encontra na escola um ambiente hostil em relação à sua sexualidade ou à sua identidade de gênero terá seu desenvolvimento pessoal, social e psicológico comprometido e marcado pelo sofrimento. Como bem destaca o Currículo da Cidade, “o não reconhecimento da diversidade na escola pode ser gerador de discriminação e exclusão do estudante e, assim, contribuir para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las”. A escola não deve permitir nem se omitir diante da discriminação, que é mais frequente do que muitos pensam. Ao contrário, abordar e tematizar esses casos de discriminação, explorando de maneira formativa o conflito, deve ser uma prática permanente.

Religiões

A religião tem sido motivo de discriminação em diferentes contextos da sociedade, inclusive no ambiente escolar. No Brasil, são bastante evidentes a desconsideração e o desprezo por valores, manifestações, rituais e celebrações de algumas religiões, em especial aquelas relacionadas a grupos socialmente discriminados. Esse tipo de discriminação costuma ser vivenciado tanto pelos adeptos de religiões mais presentes entre nós (como o judaísmo, as religiões de matrizes africanas e o espiritismo)

quanto por seguidores daquelas fés menos comuns (como o budismo e o islamismo). Outro grupo religioso bastante discriminado são os evangélicos, ainda que façam parte de comunidades onde essa religião é praticada por grande parte da população.

No caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação é relacionada ao fato de essas religiões serem seguidas, em sua grande maioria, pela população negra, historicamente marcada pelo estigma da escravidão e pela “demonização” de sua ancestralidade, de seus ritos e de sua cultura.

Por meio da Constituição de 1988, o Brasil garante a laicidade do Estado, o que significa que todo cidadão tem direito de exercer, pregar e cultuar sua crença sem que seja discriminado ou julgado por isso. Nossa Constituição garante ainda o direito de não ter religião. O Estado não professa nenhum dogma, doutrina ou liturgia religiosa. No entanto, a discriminação presente entre nós produz cenas de violência, perseguição e até mesmo de morte.

Essa situação se reproduz nas unidades de ensino com a presença de práticas discriminatórias, que podem ocorrer desde os primeiros anos da Educação Infantil. Crianças, adolescentes e jovens que, na família, cultuam divindades de origem africana por exemplo, além da desvalorização de sua cultura familiar, são alvo de ofensas, sendo denominados de “macumbeiros” ou “preto velho”, o que os coloca numa situação muito desconfortável e injusta.

Nas classes de Educação Infantil, encontramos diversas práticas que, mesmo sem a intenção de discriminar os alunos, promovem a construção de uma cultura discriminatória. Começando pelas histórias e narrativas apresentadas para as crianças: no mais das vezes, apresentam e valorizam apenas a cultura e os valores advindos da fé cristã, deixando de lado os mitos e as histórias que têm origem na cultura e nas religiões afro-brasileiras e outras, cultuados pelas famílias de muitos dos alunos. Escolhas semelhantes acontecem em relação às áreas do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É preciso atentar para o fato de que a

discriminação pode acontecer tanto pelo que se faz quanto pelo que não se faz, pois o fato de não trazer para a escola e para a sala de aula as narrativas que contemplam a diversidade característica do nosso país e das nossas escolas, de alguma forma, desvaloriza essas culturas, muito presentes na comunidade escolar. Podemos citar também os feriados e as comemorações realizadas nas escolas, como o Dia da Padroeira do Brasil, a Páscoa, o Natal. Dessa maneira, estudantes que não cultuam a religião predominante correm o risco de passar por todo o período de suas vidas escolares vivendo situações de desprezo e discriminação, sem que isso seja tratado e discutido na escola.

Afirmar o direito à liberdade religiosa significa que as pessoas (estudantes e adultos) têm direito à manifestação pessoal de sua crença. A instituição não tem o direito de eleger práticas de nenhuma religião para ser realizada nas unidades de ensino, por mais bem intencionada que seja essa intenção. É importante que a escola construa um espaço de diálogo, respeito ecumênico e convivência, para que as crenças possam existir dentro e fora de seus muros, sem ferir os Direitos Humanos e a sua obrigatoria laicidade. **Trata-se de garantir a liberdade de religião – e de não ter religião –**, como colocado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Brasil é um país multiétnico.

Na cidade de São Paulo, além das aldeias, localizadas nas zonas oeste e sul (Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e Tekoa Itakupe, na região do Jaraguá, e Tekoa Tenondé Porã, Tekoa Krukutu, Tekoa Kalipetue, Tekoa Yy Rexaca, no bairro de Parelheiros), onde vivem mais de 800 indígenas, que tiveram seus territórios reduzidos pelo

Indígenas

As crianças pertencentes a comunidades indígenas também sofrem discriminação. O fato de cultivar hábitos muito diferentes da maioria, como a alimentação, a língua falada, canções e crenças em suas divindades e mitos, faz com elas que se tornem alvo de exclusão, tendo de suportar o preconceito presente nas brincadeiras, nos apelidos e no distanciamento das outras crianças.

Contudo, não se pode deixar de considerar aqui a imagem que ainda hoje é predominante e que, no caso dos povos indígenas, contribui muito para que sejam discriminados. Diferentemente do que ocorre na realidade, os povos indígenas continuam a ser representados pela figura do homem nu, infantilizado, ornado de cocares coloridos e pronunciando palavras incompreensíveis, ou portando armas, configurando

um sujeito exótico potencialmente agressivo, o que acaba por afastá-lo da condição de sujeito de direito ou cidadão, assim como todos. Ocorre também de serem considerados “desajustados”, que se entregaram à bebida por conta da aproximação da “civilização”. Assim, o desafio é reconstruir essa imagem, considerando-os sujeitos de direito, dotados de capacidades como todos, dignos do direito de viver em qualquer lugar do país, autônomos em seus costumes, assim como o restante da população.

Nesses casos, não se pode deixar de considerar que, muitas vezes, suas famílias são nativas da região e tiveram suas terras ocupadas por um processo de crescimento desordenado das cidades, decorrente da expulsão de moradores dos centros para as áreas periféricas, onde hoje existem aglomerados e favelas. É importante que os colegas desses alunos não os considerem “vindos de outro lugar”, muito menos de uma floresta longínqua.

Também no que se refere ao currículo, a escola precisa assumir compromisso com a diversidade étnica e cultural da população brasileira. Não é aceitável que as populações indígenas figurem nas práticas escolares apenas em ocasião da celebração do Dia do Índio e ainda por meio de uma representação caricata que reafirma estereótipos. Em negação a essa prática pontual e estereotipada, o Currículo da Cidade destaca, na área de História, vários objetivos de aprendizagem que apontam para um trabalho contínuo acerca da história e da cultura indígenas, como os indicados para os anos iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Conhecer e valorizar brinquedos indígenas, considerando a diversidade dessas populações;
- b) Conhecer jogos e brincadeiras praticados por diferentes povos indígenas;
- c) Identificar os espaços e tempos lúdicos das populações indígenas que vivem na cidade de São Paulo por meio dos bens materiais e imateriais do patrimônio histórico;
- d) Conhecer as expressões culturais e religiosas nas relações das sociedades com as águas e os rios, identificando referências europeias, indígenas e africanas;

crescimento da cidade, há uma significativa população indígena distribuída por vários bairros, constituída por famílias que migraram de suas terras de origem para a cidade. “Ainda segundo o IBGE, São Paulo é o 4.º município com maior população indígena (população absoluta) no Brasil: 12.977 índios” (Comissão Pró-Índio de São Paulo, disponível em: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/indios-na-cidade/>).

e) Identificar e conhecer a história dos povos indígenas do Parque do Xingu e de outras localidades.

Ora, a definição de objetivos específicos que tenham como objeto do conhecimento temas e conteúdos da história e da cultura dos diferentes povos indígenas brasileiros dá concretude aos princípios da Educação Integral, da Equidade e da Educação Inclusiva que embasam a proposta curricular do município.

Os considerados “maus alunos”

Toda sala de aula é composta por estudantes com diferentes perfis também no que se refere a desempenho escolar. Alguns enfrentam tranquilamente os desafios da aprendizagem, outros precisam se dedicar mais às tarefas propostas nas aulas e outros, ainda, não se envolvem de forma esperada na vida escolar. Os motivos que explicam essa situação podem ser muitos: ritmos diferentes (sabemos que os tempos de aprendizagem são distintos de um estudante para outro); histórico de escolaridade irregular; situação desconfortável no grupo de colegas, entre tantos outros.

Ao longo de suas vidas escolares, esses meninos e meninas correm o risco de ter suas imagens construídas de forma bastante negativa e descrente (tanto para si quanto para outros), passando, aos poucos, a carregar o estigma de “aluno que não tem jeito”, “não nasceram para estudar”, “atrapalham as aulas” etc. No entanto, não se pode perder de vista que, antes de tudo, eles são os nossos alunos, e o fato de em determinado momento não conseguirem, por exemplo, ler um texto, ou realizar uma operação matemática como esperado deve ser encarado como parte do seu processo, como um fato comum da vida escolar, e não como marca definitiva de sua identidade.

Entretanto, com o passar do tempo, é muito comum que esses alunos deixem de contar com o apoio dos adultos, que se sentem frustados por não conseguir alterar a situação, cristalizando, sem querer, uma descrença quanto às suas potencialidades, o que compromete o seu desenvolvimento. Desacreditados, esses alunos quase sempre passam

a ser discriminados e ficam à margem da comunidade escolar. Sabemos que o futuro dos alunos não depende exclusivamente da escola, mas conhecemos também a dimensão do papel que a escola tem na formação de cidadãos seguros, conscientes e autônomos.

Na verdade, esses são os alunos que mais necessitam da atenção e do investimento, tanto do professor quanto dos outros agentes da comunidade. Não existem alunos fadados ao fracasso *a priori*, mas, sim, aqueles que, em algum momento de suas vidas escolares, enfrentaram dificuldades de ordem pessoal, familiar ou, muitas vezes, advindas da própria escola que se tornaram obstáculos aparentemente intransponíveis. Talvez a ausência de crença na reversibilidade desse tipo de situação e de intervenções que ajudem esses estudantes a sair desse lugar seja a situação mais flagrante e nociva de discriminação dentro da escola.

Os colegas, e até mesmo os educadores, de forma sutil (seja por meio de olhares, comentários ou atitudes), acabam por firmar esses estudantes num lugar muito difícil de sair, assim como acontece com outros tipos de discriminação. Acreditar e reconhecer o potencial de todos, respeitando o percurso de cada um, são condições para que esses estudantes sejam encorajados a aprender.

Ao contrário do que se pode pensar, esse tipo de situação, no mais das vezes, tem origem nos anos da Educação Infantil, e é este o melhor momento para se atuar, evitando que essa situação se cristalize. Muitas vezes, o fato de um pequeno estudante pertencer a uma família desfavorecida socialmente, ou que enfrenta uma situação difícil, como a prisão de um dos pais, a migração de outras regiões do país, ou qualquer contexto desvalorizado pela sociedade, pode cumprir um papel determinante para o fracasso escolar. É preciso considerar que as crianças enfrentam percursos de aprendizagem diferentes e que nem todas conseguirão atingir no mesmo momento e no mesmo determinado grau as competências que se espera da maioria, mas isso não determina nem “condena” ninguém a uma escolaridade difícil e permeada de obstáculos.

Os mais pobres

Numa gama de possibilidades de discriminação na escola, também merece destaque aquela que se dirige aos mais pobres, aqueles com poder aquisitivo menor, que são vistos como inferiores, mesmo que sejam a maioria. São aqueles que não possuem meios de consumo, como telefone celular com mais recursos tecnológicos, os que não usam as roupas de determinadas grifes, a mochila e os materiais escolares, entre outros pertences, que dão *status* aos que os possuem e o tiram dos que não têm.

A pobreza também é motivo de discriminação quando integrantes da escola segregam aqueles que moram em regiões de favela. Alguns, mesmo estando ao lado de favelas, se consideram superiores e se diferenciam explicitamente dos “favelados”, que são assim chamados como expressão de insulto e muitas vezes de xingamento.

Para além do fator renda e poder aquisitivo, o agrupamento socioeconômico com o qual um indivíduo pode ser identificado denota hábitos culturais, práticas familiares, vocabulário e uma porção de materialidades que se fazem presentes em seu corpo e na forma como ele atua na sociedade, o que, por vezes, reforça preconceitos e, conseqüentemente, atitudes discriminatórias. A discriminação dos mais pobres muitas vezes supera outras formas de discriminação. Transformar essa visão é uma tarefa dos educadores, pois o consumismo é uma cultural social que materializa e justifica exclusões sociais.

As “marcas das famílias”

Há ainda os casos de alunos pouco acreditados na comunidade escolar, cujas famílias (sobretudo os pais) já viveram situações relacionadas a violência, crimes, prisões e outros dramas que as colocam em evidência. O fato de ser filho de alguém que cometeu algum tipo de delito, por mais grave que possa parecer, não faz com que uma criança ou um jovem seja desprovido de capacidades, de caráter e, ainda mais importante, da condição de sujeito de direito. Nem os pais nem os filhos devem ser tratados dessa maneira. Devemos lembrar que é função dos educadores

insistir na presença de cada um desses alunos na escola e garantir, por meio dos dispositivos educativos, um processo de escolaridade no qual eles possam contar com as mesmas oportunidades que seus colegas.

Outra característica familiar que costuma ser alvo de discriminação é o fato de estas serem formadas por casais em relação homoafetiva. Assim como acontece com as alunas lésbicas, os alunos gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, os que são filhos de casais homoafetivos são discriminados e correm o risco de terem sua vida escolar muito prejudicada em todos os sentidos, inclusive no que diz respeito à participação dos pais nos espaços de convivência da escola, às discussões e deliberações de assuntos da comunidade escolar (como os conselhos escolares), bem como à participação efetiva na vida escolar de seus filhos.

Outra situação que merece atenção e preocupação acontece nas famílias com menos recursos financeiros, sobretudo aquelas que vivem em favelas. Muitas vezes, essas famílias não são consideradas parte da comunidade escolar, nem sequer do bairro onde moram, ainda que as favelas estejam localizadas ao lado da escola ou até mesmo na região central do bairro.

Os “estrangeiros”

O fato de o Brasil contar com uma rica diversidade cultural e também com um intenso movimento migratório torna muito comum o ingresso, em nossas escolas, de estudantes provenientes de diferentes regiões em nossas escolas ao longo de todo o ano escolar. Não é raro que a chegada dessas crianças seja acompanhada de dúvidas e, muitas vezes, descrença por parte da comunidade escolar, principalmente quando elas vêm de regiões pouco favorecidas social e economicamente.

Ainda que, em alguns casos, seja necessário um tempo maior para se adaptar à nova rotina e à nova dinâmica escolar, esses estudantes precisam contar com as condições de que necessitam para aprender e viver em grupo com os demais. Além

disso, eles trazem conhecimentos inéditos e preciosos para a comunidade escolar, fruto de processos históricos, culturais e sociais que, ao serem valorizados, enriquecem a formação de todos.

Desse modo, cabe à escola acolhê-los e valorizar suas potencialidades, derrubando barreiras linguísticas e culturais, oferecendo-lhes um ambiente que contribua para o desenvolvimento do aprendizado e a sua integração na sociedade. Vale a pena também chamar a atenção para aqueles cujas famílias, vindas de outros países em busca de trabalho e melhores condições de vida, ou mesmo como refugiados, se deparam com uma situação hostil ou pouco receptiva, tanto no bairro onde se instalam quanto na comunidade escolar. “Gringo” e “cucaracha” são alguns dos apelidos de caráter discriminatório pelos quais são chamados os alunos nessa situação.

Grande parte do contingente de famílias que encontram no Brasil uma alternativa para reconstruir suas vidas se depara com uma situação bastante vulnerável, e discriminá-las é uma forma de não respeitar o direito que têm a uma vida digna. Imigrantes provenientes de alguns países da América Latina, como a Bolívia, têm sido submetidos ao trabalho escravo e encontram nele a única forma de sobreviver e sustentar suas famílias, o que os coloca, assim como a seus filhos, em uma situação ainda mais indigna e vulnerável. É importante que os estudantes de todas as idades e segmentos aprendam a receber e reconhecer os direitos dessas pessoas desde muito cedo. A etapa da Educação Infantil propicia muitas condições para que isso aconteça. A forma como professoras e professores de Educação Infantil se posicionam, acolhem e se interessam por essas crianças e suas famílias, por seu repertório cultural e pelas trocas e aprendizagens que podem acontecer no convívio com elas faz toda a diferença. Assim, o professor tem um papel muito importante, na medida em que é ele que vai criar situações para que essas crianças e suas famílias se aproximem, convivam e troquem experiências.

Outra dificuldade enfrentada é a língua falada. São necessários tempo e apoio constante dos professores, além de materiais didáticos bilíngues para que consigam se comunicar e sejam compreendidos, sem que isso seja motivo de brincadeiras ofensivas ou discriminação. Mais uma vez, a postura do professor fará diferença na forma como essa integração será vivida pelas crianças. A experiência positiva exemplar que muitas de nossas escolas bilíngues possuem em Libras (Língua Brasileira de Sinais) pode ser inspiradora também em situações em que é necessário acolher e se comunicar numa segunda língua. O mais importante é a atitude de querer ouvir e compreender as demandas e o processo de adaptação que estão vivendo. Nesse caso, o professor é o modelo mais próximo, e suas atitudes diante desses alunos definem a forma como serão tratados pela comunidade escolar.

As crianças pequenas são especialmente sensíveis a esse tipo de situação. A adaptação à língua, nesses casos, pode representar um entrave no início da escolarização. Apesar de, nessa idade, terem bastante facilidade para aprender um idioma diferente daquele utilizado por suas famílias, chegam à escola ainda tentando compreender o que lhes é dito e se comunicar com os colegas e adultos, o que pode, por um lado, causar certa estranheza e levá-las a enfrentar algumas situações bastante desconfortáveis e, por vezes, ameaçadoras. É muito importante que essas crianças possam contar com o acolhimento e o apoio incondicional do professor e da comunidade, no sentido de inseri-las no meio escolar gradativamente e de se dispor a interpretar para elas esse mundo novo que, por algum tempo, poderá parecer assustador. Existem algumas situações em que essas crianças acabam por se calar por um tempo, até que consigam se fortalecer e se sentir seguras para viver em um ambiente com o qual não têm familiaridade. Nesses casos, não é raro que esse movimento seja interpretado como algum distúrbio ou uma questão séria ligada ao seu desenvolvimento. É preciso que a escola esteja atenta a todas essas questões e não deixe de considerar que o processo de adaptação também é vivido pelas famílias dessas crianças e que o acolhimento de todos é condição para que reconstruam suas vidas em nosso país.

Alunos em situação de liberdade assistida

Além de ser alvo de discriminação, alunos em situação de liberdade assistida se encontram vulneráveis, uma vez que a possibilidade de viver em liberdade e na companhia da família e da comunidade também está relacionada às atitudes, ao comportamento e ao desempenho demonstrados no espaço escolar. Assim, esses alunos demandam da escola uma atenção especial, não só no que se refere aos cuidados e aos procedimentos inerentes à condição de liberdade assistida, mas no sentido de evitar que sejam discriminados por conta disso.

O fato de viver momentaneamente sob essa condição não é o bastante para permitir, da parte de colegas ou adultos, um tratamento pautado pelo distanciamento e pelo medo.

De outro modo, são esses alunos que precisam vivenciar, o mais intensamente possível, situações de convivência e interação com os colegas para reconstruir algumas de suas atitudes e posturas. Não se trata de “bandidos” ou “pequenos criminosos”, mas de jovens em formação que cometeram atos infracionais, que precisam, nesse momento, contar com todo o apoio da comunidade escolar. Assim, devem contar com o acolhimento e o respeito dos adultos da escola, que servirão de modelo para que os outros alunos possam fazer o mesmo. É muito importante ainda evitar que sejam identificados apenas por essa condição, como “aquele aluno que está em liberdade assistida”.

Estudantes com deficiência

A presença, nas unidades escolares, de estudantes que apresentam quaisquer tipos de deficiência vem sendo debatida já há muito tempo. Esse debate teve início com a discussão acerca da pertinência da presença desses estudantes nas escolas, mas hoje, vencida essa etapa, o foco é a busca da melhor maneira de considerar e respeitar o processo e as formas de aprendizagem de cada um deles.

Sujeitos de direito, assim como todos os seus colegas, esses estudantes contam com um espaço cada vez maior nas escolas, conquista que pode ser atribuída a diversos fatores, como: a presença de professores estagiários, de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), Auxiliares de Vida Escolar (AVEs); a possibilidade de fazer adequações que viabilizam o acesso de todos, não só aos espaços e aos diferentes ambientes escolares, mas também à aprendizagem; salas de recursos; programas de formação de professores etc. Entretanto, para isso, foi determinante o fato de crianças, adolescentes e jovens com deficiência ingressar nas escolas explicitando aos professores e aos outros educadores suas (muitas) possibilidades de aprendizagem, as singularidades na forma de aprender e as necessidades específicas de cada um, dando início a um rico processo de formação em ação dos professores. Hoje, é possível encontrar muitos desses estudantes usufruindo do direito de estar onde todas as crianças estão: na escola.

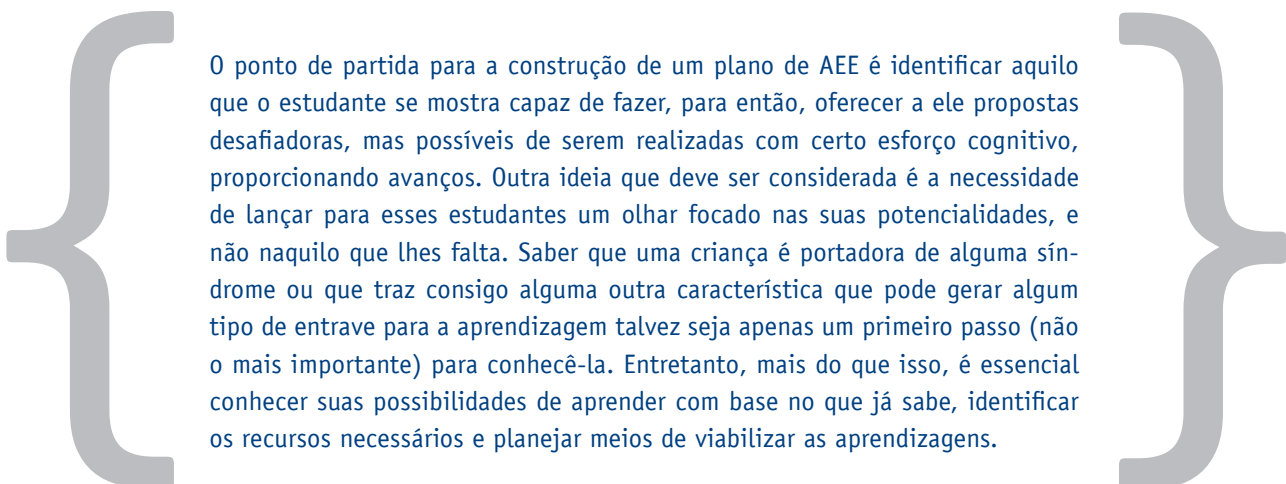
O grande desafio para os educadores é fazer da escola um espaço em que a presença da diversidade seja o reflexo da comunidade onde ela se insere, considerando as diferenças como fatores de contribuição para o processo de formação de todos e atribuindo-lhes o caráter de material de trabalho. Contudo, não há outra possibilidade de construir esse olhar a não ser por meio da prática escolar diária e da reflexão continuada a respeito dessas questões.

A escola tem como função proporcionar condições de aprendizagem para todos os alunos. Isso vale também para aqueles que não aprendem da mesma maneira e a partir dos mesmos pressupostos e diretivas didáticas utilizados pela maioria. A construção de uma escola justa e democrática para todos é uma tarefa bastante complexa, mas possível. Para isso, é fundamental que o professor se posicione, procure e aposte nas possibilidades de aprendizagem de todos os alunos: é certo que todos são capazes de aprender, ainda que não o façam da mesma maneira, ao mesmo tempo e com os mesmos recursos e intervenções. Vale a pena também considerar a necessidade de se pensar neles sempre partindo do ponto de vista de suas potencialidades, ou seja, daquilo que neles é preservado e que oferece ao professor a possibilidade de intervir e

O Decreto Municipal n. 57.379, em vigor desde 2016, coloca como base das políticas educacionais de São Paulo a perspectiva de Educação Inclusiva, assegurando “o acesso, a permanência, a participação plena e a aprendizagem de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação nas unidades educacionais e espaços educativos da Secretaria Municipal de Educação” (SME, 2016, disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5737/57379/decreto-n-57379-2016-institui-no-ambito-da-secretaria-municipal-de-educacao-a-politica-paulistana-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>).

gerar crescimento. De outro modo, focar o olhar na negatividade, considerando apenas as faltas que apresentam, significa desprezar aquilo que de fato poderá determinar algum avanço no seu processo de aprendizagem.

Uma questão a ser considerada é a forma como esses estudantes devem ser tratados. Alguns demandarão do professor e dos outros adultos algumas intervenções de caráter individualizado, que não podem ser confundidas com privilégios, sobretudo pelos colegas. A prioridade, em algumas situações, deve acontecer apenas quando verdadeiramente necessária. Dispensar a eles atenção e proteção especiais a todo momento, além de fixá-los no papel de “incapazes”, roubará deles as oportunidades de colocar suas capacidades em jogo, de se perceberem competentes para tomar iniciativas e de se aproximarem de seus colegas.



O ponto de partida para a construção de um plano de AEE é identificar aquilo que o estudante se mostra capaz de fazer, para então, oferecer a ele propostas desafiadoras, mas possíveis de serem realizadas com certo esforço cognitivo, proporcionando avanços. Outra ideia que deve ser considerada é a necessidade de lançar para esses estudantes um olhar focado nas suas potencialidades, e não naquilo que lhes falta. Saber que uma criança é portadora de alguma síndrome ou que traz consigo alguma outra característica que pode gerar algum tipo de entrave para a aprendizagem talvez seja apenas um primeiro passo (não o mais importante) para conhecê-la. Entretanto, mais do que isso, é essencial conhecer suas possibilidades de aprender com base no que já sabe, identificar os recursos necessários e planejar meios de viabilizar as aprendizagens.

A Educação Infantil é uma etapa especialmente rica para o desenvolvimento de interações entre crianças e adultos com deficiência, pois conviver com pessoas com capacidades diversas é uma experiência inaugural decisiva na construção de formas de

estar no mundo e se relacionar com as pessoas. Se, desde bebês, as crianças puderem identificar, naqueles com quem convivem e que delas cuidam, atitudes de respeito e interesse para com todas as crianças, bem como ser convidadas a agir da mesma forma, também terão chance de desenvolver atitudes respeitosas e interessadas para com todos. Da mesma forma, é indiscutível que “a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos para todos os bebês e crianças” (Orientação Normativa n. 1/2015 da Secretaria Municipal de Educação, que dispõe sobre os Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil Paulistana) pode oferecer oportunidades mais justas de locomoção, acesso e encontros que marcarão a convivência e as aprendizagens das crianças. Mais do que insistir num discurso de tolerância e compreensão, é importante oferecer a todos a oportunidade de conviver com os colegas com deficiência, sobretudo em situações em que eles têm sucesso e não são marcados pela impossibilidade e pela necessidade de ajuda, compartilhando momentos de aprendizagem e de brincadeiras e estabelecendo, desde muito cedo, relações e laços de afeto legítimos, ou seja, crescendo juntos, independentemente de qualquer uma de suas características.

Discriminação silenciosa

Muitas vezes, a discriminação acontece de forma “silenciosa”, ou seja, sem que seja explicitada, mas muito fixada no dia a dia. Seus reflexos podem ser percebidos tanto na sala de aula quanto nos corredores da escola. Acolher e conversar com os alunos que sofrem a discriminação sem solicitar a ajuda dos adultos pode ser um primeiro passo, assim como fazer o papel de “ponte” entre ele e seus colegas, inserindo-o nas brincadeiras, nas rodinhas de conversa e nos movimentos do grêmio estudantil, criando situações de trabalho em equipe na classe ou organizando duplas de trabalho.

Num primeiro momento, as mediações dos adultos podem ajudar. Contudo, não é produtivo contar com esse apoio sempre. O mais aconselhável é que, aos poucos, os alunos se fortaleçam, descobrindo suas potencialidades nas situações de interação.

Nesses casos, é preciso que os adultos incentivem os alunos a seguirem sozinhos. Prestar a esses estudantes um atendimento superprotetor, seja por terem vivido recentemente situações de discriminação ou por apresentarem alguma deficiência, pode imprimir neles o estigma da incapacidade, comprometendo suas vidas escolares, além de despertar no grupo um sentimento forte de ciúme. Quando saem sempre em busca da ajuda dos adultos, se fragilizam diante do grupo, tornando-se alvos ainda mais constantes de ofensas. Dessa forma, correm o risco de ocupar esse lugar na classe para sempre. Contribuir com o fortalecimento desses estudantes não significa deixá-los à própria sorte, e, sim, ajudá-los a perceber seus direitos e experimentar gradativa autonomia.

Intervenções que coloquem em destaque as competências dessas crianças e desses adolescentes dentro e fora da sala de aula podem contribuir bastante para evitar que sejam estigmatizados. Nesse sentido, o professor pode convidá-los a apoiar um colega que apresenta dificuldades em determinado assunto, solicitar e considerar as opiniões deles nas discussões coletivas etc.

Discriminação explícita

Algumas situações de discriminação acabam se manifestando de forma agressiva, por meio de ofensas, do isolamento por parte do grupo e até de agressões físicas, exigindo dos educadores uma atuação mais direta e pontual. Uma vez que cumpre, em vários momentos, o papel de mediador e promotor do diálogo, a atuação do professor diante de situações de discriminação não deve ser diferente. Assim, um bom começo pode ser identificar a situação e dar voz às duas partes, sem julgar nenhuma delas, mediando um diálogo entre discriminador e discriminado. Nesse momento, é essencial que ambos possam se colocar, um diante do outro, explicitando como se sentiram e expressando seus desconfortos sem a censura do adulto.

Ainda que se faça necessária uma conversa mais direcionada com apenas uma das partes, é importante garantir esse momento juntos. Estar ao lado do aluno que sofreu



discriminação nas situações de mediação não significa falar por ele nem representá-lo na discussão. Ele deve ser encorajado a se colocar, contando com o apoio do professor apenas nos momentos em que se sentir ameaçado.

O educador pode e deve mostrar sua indignação. No entanto, por mais que a situação de discriminação seja inaceitável, é fundamental considerar que esse é um momento de diálogo e que a fala do colega que foi discriminado pode causar, nessa hora, um impacto mais transformador que o discurso do adulto. É importante considerar que quem agride ou discrimina, assim como quem foi agredido ou discriminado, é um sujeito em formação e precisa da mesma ajuda e da mesma escuta que o outro, e, portanto, não pode ser discriminado também. Com esse tipo de mediação, a indignação e o respeito vão ganhando espaço nos grupos.

Por fim, sempre é possível e essencial dar a todos a oportunidade de reverter essas e outras situações. Pode-se sugerir que, depois da conversa, os alunos (discriminador e discriminado) façam uma atividade juntos. Isso pode ajudar bastante os dois, proporcionando momentos de descoberta e valorização das potencialidades de ambos (sempre mais relevantes que as características que os diferenciam).

Finalizando

O encontro diário com as singularidades de cada um é, antes de tudo, uma condição para oferecer a todos uma formação que promova a construção de um olhar questionador para a sociedade atual, substituindo o incentivo ao individualismo e a competição por uma formação em valores coletivos, vinculados à ética e à cidadania.

Assim, os alunos saberão reconhecer e considerar os direitos daqueles que não são exatamente como eles, olhando para o coletivo, enxergando de forma crítica a cidade em que vivem, buscando nela os sinais da inclusão social e lutando por ela sempre que se depararem com cenas de injustiça social e discriminação.



3. ATUAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA

Vista aqui como uma comunidade ampla, lugar de encontros e aprendizados, mas permeada também por relações de hostilidade e discriminação, a escola deve lançar mão dos seus dispositivos educacionais para não permitir que as situações de discriminação ganhem espaço dentro dela. Para isso, é importante trabalhar com os alunos e a comunidade escolar o respeito, a diversidade e a justiça, por meio de ações educativas respeitadas, como as discutidas neste projeto.

A formação dos indivíduos tem sua fase mais intensa e profícua nos primeiros anos de vida, quando já deve estar presente a convivência orientada pelo respeito mútuo e geradora de igualdade. Portanto, essas questões são importantes na escola desde o berçário, compondo um processo de educação contínua, em que a ação do educador vai muito além da simples exposição de ideias e do discurso. Nos anos da Educação Infantil, é fundamental que os educadores se envolvam e fiquem atentos a essas questões, tanto quanto os educadores dos outros segmentos. O que buscamos é uma mudança cultural, decorrente de um processo ininterrupto de “ação-reflexão-ação”, que não busca apenas resultados pontuais no ambiente da escola, mas pretende implementar um processo de transformação no qual o respeito aos Direitos Humanos seja um princípio soberano.

A escola ensina valores o tempo todo, mesmo que os adultos não se deem conta de que, quando não abordam questões relacionadas a esses valores, estão afastando os estudantes da possibilidade de reflexão, crescimento e transformação consistente nesse sentido. Cada gesto e cada decisão deles são ações educacionais que transmitem valores. Como combater a discriminação étnica expressa pelos alunos se ela está presente nos conteúdos curriculares, nos livros da biblioteca, entre outros espaços educativos? Ainda que sejam muitas e muito diferentes as situações de discriminação que ocorrem no espaço escolar, é possível pensar em algumas formas de intervir no momento em que elas acontecem e elaborar ações, de caráter permanente, que podem contribuir no sentido de evitá-las e de potencializar a formação ética de todos.



Atividades de caráter permanente

É importante que a ideia de que toda discriminação é inaceitável, dentro e fora do ambiente escolar, se torne um valor compartilhado por todos, de forma gradual e pactuada.

Isso vai acontecer de forma mais efetiva se os alunos puderem contar com o modelo dos adultos no dia a dia da escola, e não apenas com o discurso. Ações e comportamentos, falas, olhares, escolhas e decisões ensinam permanentemente, e é no convívio com eles que se cria e se reproduz um cotidiano em que vão se formando os valores. **Trata-se de valores a serem construídos, e não de regras de conduta para determinadas situações.**

A forma de lidar com as situações cotidianas de discriminação, bem como a indignação dirigida a elas, será um modelo para crianças e adolescentes, sempre atentos à coerência entre o discurso e as atitudes dos adultos. Da mesma forma, o tratamento que os adultos dispensam àqueles que, por qualquer motivo (gênero, orientação sexual, deficiência, condição étnico-racial, idade, origem, condição socioeconômica, política, religiosa e cultural) são alvo de discriminação, estabelecerá parâmetros para a atuação dos alunos. Assim, é fundamental que os adultos dispensem a todos (sem exceção) o mesmo tipo de tratamento, reconhecendo os mesmos direitos para todos, oferecendo àqueles que mais precisam as condições necessárias para alcançá-los (o que não significa privilegiá-los, mas, sim, o exercício da equidade) e permanecendo atentos às situações que merecem intervenções mais efetivas.

Além disso, discussões, tematizações e esclarecimentos devem acontecer como parte da formação ética de todos. Quanto mais frequentes forem as situações de discriminação, maior será o espaço que o tema deverá ocupar na rotina da escola, em diferentes momentos e espaços, não se limitando apenas à abordagem de situações pontuais nem intervenções de caráter punitivo. Notícias de jornal, ocorrências divulgadas pela mídia e comentários sobre situações recentes no entorno da escola contribuem para que a discussão sobre a discriminação e o preconceito se mantenha na “ordem do dia”, evitando que venham à tona somente nos momentos em que a escola enfrenta problemas.



Partimos do princípio de que todos os estudantes são sujeitos íntegros, potentes, autônomos e, portanto, capazes de aprender e se desenvolver, contanto que os processos educativos a eles destinados considerem suas características e seu contexto e tenham significado para suas vidas. Assim sendo, buscamos fortalecer políticas de equidade, explicitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, garantindo as condições necessárias para que eles sejam assegurados a cada criança e adolescente da Rede Municipal de Ensino, independente da sua realidade socioeconômica, cultural, étnico-racial ou geográfica.”
Currículo da Cidade

4. SUGESTÃO DE ATIVIDADES PONTUAIS

Atividades específicas para a Educação Infantil

Na Educação Infantil, a questão da discriminação deve ser tratada com especial atenção, já que é no CEI e na EMEI que as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo. É muito importante que a equipe de educadores se empenhe em construir um ambiente de respeito e de valorização das diferenças entre as crianças desde o momento em que elas chegam à escola. Afinal, conviver num ambiente em que o respeito e as atitudes contra a discriminação são de fato vivenciados e observados é a melhor forma de educar as crianças, proporcionando a elas uma experiência diferente daquela que, muitas vezes, encontrarão fora da escola. Isso é a Educação em Direitos Humanos.

Conviver de verdade num grupo em que as características físicas de todas as crianças (cor de pele, cabelos, modo de falar, peso etc.) são valorizadas, e não representam motivo de segregação, ouvir histórias e participar de projetos que apresentem a cultura, as narrativas, a música e a poesia de diferentes grupos étnicos, povos e países também são formas de estender os horizontes culturais das crianças e de ensiná-las atitudes de interesse e cuidado para com o outro.

O interesse e o movimento das crianças pequenas na direção do outro são evidentes e muito peculiares nessa faixa etária. Os bebês, por exemplo, se dirigem aos adultos e às outras crianças por inteiro, querem tocá-los, experimentá-los, conhecê-los com os olhos e com as mãos.

Na Educação Infantil, a abertura para os demais é marcada pela afetividade e pelas emoções, pelo predomínio do gesto e da expressão. Tendo isso em vista, é possível valorizar e estimular o interesse entre as crianças, organizando situações em que elas brinquem juntas, variando os agrupamentos dentro da sala e respeitando suas preferências e a possibilidade de fazer amizades. Outro momento importante que oferece oportunidade para a escuta e a visibilidade de desejos, mediação de conflitos

e compartilhamento de projetos é a roda de conversa. Não uma roda de conversa protocolar, que acontece “pró-forma” e na qual não circulam assuntos de interesse de todos, mas uma roda de conversa que funcione como um dínamo do grupo, um fórum significativo que movimente e dê visibilidade a temas e questões relacionadas à vida dos grupos de crianças, fortalecendo seus laços afetivos, com respeito e atenção genuínos às suas questões.

No caderno *EDH para Todas as Idades* do Projeto Respeitar é Preciso!, há sugestões de atividades para a Educação Infantil que têm como foco a valorização das diferenças e a construção de atitudes não discriminatórias com os grupos de crianças.

Atividades para o Ensino Fundamental

A atitude do professor para com seus alunos é uma fonte de inspiração, na medida em que pode ensiná-los muito sobre cuidado, justiça e responsabilidade. Portanto, os educadores devem sempre buscar ser coerentes, especialmente quando diante das crianças, ouvi-las atentamente em casos de conflito e pedir suas opiniões nos casos em que for preciso encontrar soluções para os problemas do grupo. Do mesmo modo como devem explicar o significado de palavras desconhecidas e ideias novas sempre que necessário.

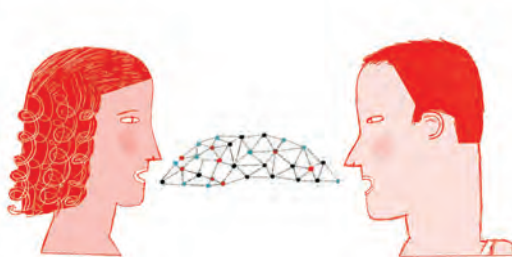
Os educadores não devem deixar de informar, contextualizar ou aproveitar os eventos locais e as notícias da mídia para discutir com os alunos. O clima de antagonismo na época das eleições, as brigas envolvendo torcedores, a discriminação contra pessoas ou grupos e a violência contra crianças noticiados pela mídia interessam e muitas vezes angustiam as crianças, cujos sentimentos podem ser contemplados quando se conversa sobre esses fatos. Nesse sentido, é interessante comentar com os alunos sobre as conquistas, as resoluções, as medidas para a proteção e até mesmo as sanções impostas pela sociedade quando há violação de Direitos Humanos. Também no Ensino Fundamental, em função da crescente capacidade de compreensão e argumentação, os próprios conteúdos curriculares abrem ricas possibilidades de debates sobre preconceitos, discriminação e injustiça. (Ver caderno *Respeito na Escola.*)

Convivendo

A proposta apresentada a seguir é a simulação de uma situação que envolve pessoas num contexto de discriminação. A sugestão é para que os educadores desempenhem o papel de pessoas sujeitas à discriminação, aqui representadas por aqueles que têm algum tipo de deficiência física. Esse modelo de atividade pode ser utilizado em outros contextos ou outras situações de discriminação para sensibilizar e promover uma reflexão sobre o tema.

.....

Atividades



1. Esta é uma dinâmica que pode ser realizada durante um encontro do Projeto Respeitar é Preciso!, devendo ser encaminhada preferencialmente antes do intervalo ou café. Os dinamizadores do encontro solicitam que todos se organizem em duplas.

2. Os dinamizadores passam pelas duplas atribuindo os papéis de “pessoa com deficiência” ou “ajudante/acompanhante” para cada um dos componentes. Assim, um deles estará vivendo uma situação parecida com a de uma pessoa com deficiência, e o outro fará o papel de quem presta ajuda a ele.

3. Então, o organizador distribui vendas para os olhos, barbantes para amarrar as mãos uma à outra, impedindo os movimentos, e fita adesiva para que os pés sejam presos um ao outro. Dessa forma, cada dupla tem um integrante vivenciando uma deficiência física e outro como o acompanhante.



4. Assim preparadas, as duplas tomam o lanche oferecido no intervalo.

5. Após o intervalo, o grupo pode compartilhar suas experiências e sensações, tendo sempre como foco as dificuldades, a sensação dos olhares em volta, a comunicação com as pessoas ao redor e a atuação do ajudante. Em seguida, todos são convidados a estender a reflexão, considerando os outros que também são foco de discriminação.



Outras ideias que podem contribuir para a reflexão dos educadores

Educar para a não discriminação é uma tarefa que demanda sensibilidade. Assim, atividades reflexivas sobre o tema são importantes também entre os adultos.

O que já sentiu ou viu

Em algum momento da vida, todo mundo já presenciou ou viveu alguma situação de discriminação. Uma boa maneira de iniciar uma reflexão sobre esse assunto é compartilhar com os colegas, relatando e comentando situações vivenciadas.

Nesse exercício, é interessante lembrar coletivamente as situações de discriminação presenciadas ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediarão a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam a todos como e há quanto tempo a discriminação está presente nas escolas, contribuindo também para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes para o respeito à diversidade. Esse é um tema bastante complexo e delicado. A reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são essenciais para o sucesso da empreitada a que se propõe a prática da Educação em Direitos Humanos.

O assunto sempre em pauta

Aos poucos, as situações de discriminação vividas na escola e os encaminhamentos educativos realizados passam a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizados e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências que, registradas de alguma forma, podem oferecer subsídios para situações que envolvem intervenções ou tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que também pode ser feito virtualmente, num documento compartilhado com todos os interessados.

A sala dos professores e os outros espaços de grande circulação de adultos podem ter um “cantinho”, ou um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc.

Para envolver o conjunto de profissionais que atuam na unidade de ensino, o mural da escola pode prestar grande ajuda se apresentar pelo menos uma notícia ou nota que aborde situações ou temas relacionados à discriminação.

A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, com certa regularidade, ainda que se inicie com 15 minutos ou aconteça no fim de reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão. O importante é que o tema da discriminação esteja presente na vida da escola e que seja “encarado de frente” pelos educadores.

BIBLIOGRAFIA

ALBISSÚ, Nelson. *Semente antibullying*. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. *A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas*. Trabalho apresentado no 12.º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.proinesp.ufrgs.br/files/palestras/palestraclaudio.pdf>. Acesso em: 15 jan 2015.

BRASIL. *Balanco da ação do MEC para a implementação da Lei n. 10.639/2003*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2008.

_____. *Contribuições para a Implementação da Lei n. 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial/Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão*. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. Brasília: Secadi/Ministério da Educação, 2013.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. *Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Resolução n. 4. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2009.

_____. *Lei n. 10.639*. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secad/Ministério da Educação, 2006.

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. *Plano Nacional da Educação: Meta 4 (2011-2020)*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

_____. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Decreto n. 7.612. Brasília, 2011.

_____. *Resolução n. 1*, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Educação em direitos humanos*. Manual do professor. Livros 1, 2, 3, 4 e 5. João Pessoa: Grafiset, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane dos S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2002.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Índios na Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://cpisp.org.br/índios-em-sao-paulo/terras-indigenas/índios-na-cidade/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. Em *Cineastas indígenas: um outro olhar*. Guia para professores e alunos. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Legislação indigenista brasileira e normas correlatas. Brasília: Coordenação Geral de Documentação da Funai, 2003.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. *Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. Ata final do 1.º Congresso Indigenista Interamericano, celebrado em Pátzcuaro, México, abril de 1940. México, 1948.

KUPFER, Maria Cristina; PATTO, Maria Helena Souza; VOLTOLINI, Rinaldo. *Práticas inclusivas em escolas transformadoras*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2017.

MACEDO, Lino de. *Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso & COLLARES, Cecília Azevedo Lima. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Em *Cadernos Cedes*, n. 28. Campinas: Papyrus/Cedes, 1992.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, Gislene (org.). *Negros e brancos na escola*. São Paulo: Terceira Margem, 2009. (Coleção Percepções da Diferença.)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *Currículo da Cidade*. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalS-MESP/Publicacoes-Institucionais>. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. *Currículo integrador da infância paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SILVA, Dilma de Melo (org.). *Brasil: sua gente e sua cultura*. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

VIANNA, Walny. *Direitos humanos e cidadania: Ensino Fundamental*. Livro do professor. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Curitiba: Base Editorial, 2011.

Filmes e documentários

Família Alcântara. Direção: Daniel Solá Santiago e Liliam Solá Santiago. Texto: Luciene Cecília Barbosa. São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial/SME, 2005.

Ganga Zumba. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1964.

Heróis de todo mundo. Direção: Luiz Antonio Pilar. Brasil, 1964.

Ori. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989.

Quilombo. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1984.

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

